

Sindicatos convocam servidores(as) contra votação que congela salário, promoções e progressões

Categoria é orientada a pressionar deputados(as) estaduais usando as redes sociais

A proposta do governador Ratinho Junior que impede reajuste salarial e suspende a implantação e concessão de promoções e progressões dos(as) servidores(as) públicos(as) estaduais, até dezembro de 2021, pode ser votada nos próximos dias na Assembleia Legislativa do Paraná.

Caso a medida seja aprovada, também ficará suspensa a segunda parcela da reposição salarial da data-base de 2019. O índice é de 1,5% e o pagamento foi definido, em acordo com a categoria, para acontecer em janeiro de 2021.

“É mais uma maldade do governo em tempos de pandemia para retirar direitos dos servidores. Nós, da ativa e aposentados, civis e militares, vamos manter a luta, conversar com todos os deputados, para impedir o congelamento da nossa carreira”, declarou a integrante da coordenação do Fórum das Entidades Sindicais (FES), Marlei Fernandes.

Como as reuniões dos(as) deputados(as) estaduais estão ocorrendo de forma on-line, a orientação dos sindicatos para os(as) servidores(as) é fazer pressão juntos aos(as) parlamentares utilizando as redes sociais, para pedir que a emenda do governador seja derrubada.

O texto que impede a reposição salarial e os avanços na carreira foi apresentado pelo governo através de uma emenda ao Projeto de Lei n. 248/2020, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias (LDO) para o ano de 2021.

Para os sindicatos, as alegações de Ratinho para tentar justificar o calote não procedem. Dados indicam que, apesar do isolamento social e da interrupção de atividades econômicas em decorrência da pandemia do novo coronavírus, o Paraná não enfrenta dificuldades financeiras.

De acordo com o economista do FES, Cid Cordeiro, a arrecadação de ICMS do mês de abril de 2020 ficou acima das projeções do governo. Ele destaca ainda que, pelo regime de compensação aprovado pelo Congresso Nacional, o Paraná re-



Foto:Divulgação

“É mais uma maldade do governo em tempos de pandemia para retirar direitos dos servidores. Nós, da ativa e aposentados, civis e militares, vamos manter a luta, conversar com todos os deputados, para impedir o congelamento da nossa carreira”, comenta a integrante da coordenação do (FES), Marlei Fernandes.

ceberá R\$ 1,7 bilhão em quatro parcelas de R\$ 425 milhões.

Marlei enfatiza também que, de acordo com Parecer n. 013/2020, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), a Lei Federal n. 173/2020, que dispõe sobre o Programa Federativo de Enfrentamento a covid-19, não proíbe que o Estado conceda reajuste e promoções e progressões ao funcionalismo.

“A lei 173/2020 não impede o pagamento de data-base, ou seja, a reposição até o limite do IPCA. O governo também não está impedido pela lei de aplicar o piso regional devido aos servidores, de conceder licenças especiais ou licenças para capacitação, não pode cortar o abono permanência.

De acordo com a dirigente, o que está proibido pela lei, desde o dia 28 de maio, é a contagem do tempo de serviço para anuênio, triênio e quinquênio. Apesar disso, Marlei acredita que a lei federal pode ser derrubada, pois várias ações teriam sido apresentadas no Supremo Tribunal Federal, questionando sua constitucionalidade.

APP-Sindicato e UFPR promovem pesquisa sobre condições de trabalho durante a pandemia

Estudo vai investigar impactos das aulas não presenciais no trabalho de professores(as) e funcionários(as) de escola

A APP-Sindicato, o Núcleo de Políticas Educacionais (NuPE) da UFPR e a Arizona State University (ASU / EUA) firmaram uma parceria para realizar uma pesquisa sobre as condições de trabalho dos(as) profissionais da educação da rede pública estadual do Paraná, no cenário da pandemia da Covid-19. Até o final do mês de agosto, serão aplicados mais de 2.000 questionários para professores(as) regentes de classe e funcionários(as) de escola.

“Essa pesquisa vai ouvir os trabalhadores da educação nesse período de aulas remotas, objetivando compreender os impactos da pandemia e os problemas que essa forma de organizar as aulas está causando nos trabalhadores e trabalhadoras”, explica a secretária de Finanças da APP-Sindicato, professora Walkiria Mazeto, uma das pesquisadoras que compõem a equipe de trabalho do projeto.

Dada a natureza do trabalho, professores(as) e funcionários(as) vão responder questionários diferentes. O que é destinado aos(as) docentes já está disponível. A versão para os(as) funcionários(as) será divulgada nos próximos dias. Segundo o NuPE, após a análise dos dados quantitativos, a pesquisa terá uma segunda fase onde fará uma investigação qualitativa, através de grupos focais.

A pesquisa da UFPR se chama “Políticas Educacionais e as novas invenções de controle sobre a organização do trabalho dos profissionais de educação no cenário da pandemia da Covid-19: o caso do Paraná”. Os trabalhos são coordenados pelo o professor do NuPE/UFPR, Marcos Ferraz.

Walkiria informa ainda que a APP-Sindicato também firmou parceria com a Unespar em outro projeto de pesquisa que vai investigar as condições de trabalho dos(as) profissionais da educação, no contexto da pandemia do novo coronavírus, incluindo pedagogos(as), direções de escola, assim como professores(as) municipais, estudantes e pais, mães e responsáveis.

Serviço: Se você é professora(a) regente da rede pública estadual do Paraná, entre no site www.appindicato.org.br para encontrar o link da pesquisa e responder ao questionário.

